



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

PR-PR-00002536/2025

Procedimento Principal: 1.25.000.013113/2023-45

Recomendação 2/2025

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, pelas Procuradoras Regionais dos Direitos do Cidadão signatárias, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais estabelecidas nos artigos 127 e 129, da Constituição da República de 1988, com fulcro nos artigos 6º, inciso XX e 12, da Lei Complementar nº 75/1993, artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº. 8.625/93 Lei Orgânica Nacional do Ministério Público e, ainda;

CONSIDERANDO que, consoante preceitua o artigo 127 da Constituição da República, o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 129, inciso II, da Constituição da República, configura função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Carta Magna, promovendo as medidas necessárias à sua garantia;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 129, inciso III, da Constituição da República, do artigo 6º, inciso VII, alínea “c”, da Lei Complementar n. 75/93, e do artigo 25, IV, a, da Lei n. 8.625/93, compete ao Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público expedir recomendações, como instrumento de atuação extrajudicial, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis conforme estabelecido no art. 6º, inc; XX, da LC nº 75/93;

CONSIDERANDO que, com fundamento em matéria jornalística veiculada no site O Gazeteiro, em 07/09/2023, foi instaurado o Procedimento Administrativo em



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

referência para apurar suposta omissão dos organizadores do desfile Cívico-militar em Curitiba-PR em permitir a utilização, por parte de terceiros, de um veículo com símbolo nazista, em alusão à Segunda Guerra Mundial;

CONSIDERANDO a informação prestada pelo Museu do Holocausto em Curitiba-PR, o qual, através do Ofício nº 001/2024, esclareceu:

" (...)

Segundo pesquisa do Departamento de História do Museu do Holocausto em Curitiba, coordenado pelo historiador e professor Michel Ehrlich, nela consta foto de um veículo Volkswagen Kübelwagen (original ou réplica), projetado para uso das Forças Armadas da Alemanha nazista, tanto para o exército regular (Wehrmacht), quanto para Schutzstaffel (conhecida como SS). Já em 1945, algumas unidades foram produzidas para as Forças Armadas britânicas que ocuparam a área onde ficava a fábrica da Volkswagen- já sem a Balkenkreuz, a cruz que estampava as laterais do carro em Curitiba.

Usada por cavaleiros germânicos na época das Cruzadas, durante a Idade Média, a cruz *Balkenkreuz* foi posteriormente inserida em equipamentos militares alemães durante a Primeira Guerra Mundial. Foi sob o regime nazista, em especial entre 1940 a 1945, que o símbolo se tornou a principal insígnia para veículos e aviões militares alemães. A escolha pelo símbolo não foi por acaso: em termos geopolíticos, os nazistas acreditavam no retorno à doutrina da 'Investida do Oriente'. A *Balkenkreuz* não deve ser confundida com a Cruz de Ferro (esta, anterior e posterior ao nazismo), cujos cantos são curvos.

Após a Segunda Guerra Mundial, o uso de símbolos associados ao Terceiro Reich, incluindo a *Balkenkreuz*, foi interrompida como parte dos esforços de distanciar os novos militares alemães do passado. Hoje em dia, quando usada em veículos militares, como o do Desfile Cívico-Militar, ele indevidamente remete ao regime nazista. Em outras palavras, tanto o veículo quanto a cruz representados de forma isolada não garantem interpretação de simbologia nazista ou de qualquer forma de apologia; porém o uso da cruz estampada num *Kübelwagen* não deixa dúvidas sobre o seu propósito. **A combinação da *Balkenkreuz* com o *Kübelwagen*, independentemente de o carro ser original ou réplica, inevitavelmente remete ao período nazista, único no qual o modelo de carro e essa cruz foram usados em conjunto.**

" (...)"

CONSIDERANDO a preocupação externada pelo Conselho Nacional de



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

Direitos Humanos (CNDH) à Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o crescimento de grupos neonazistas no Brasil ao longo dos últimos anos;

CONSIDERANDO que, nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a liberdade de expressão não é direito constitucional absoluto e deve ser ponderada com outros direitos e obrigações fixadas na Constituição da República, o que acarreta a possibilidade de sanções;

CONSIDERANDO que o artigo 13 do Pacto de San José da Costa Rica, que protege a liberdade de expressão, também faz uma exceção nesses casos: *“A lei deve proibir toda propaganda a favor da guerra, bem como toda apologia ao ódio nacional, racial ou religioso que constitua incitamento à discriminação, à hostilidade, ao crime ou à violência”*, diz o tratado que o Brasil ratificou;

CONSIDERANDO que o nazismo, foi amplamente conhecido por ser totalitário, antidemocrático e racista, e que justificou a morte e a perseguição de milhões de pessoas, sendo que não há nada de democrático ou expressivo realizar a defesa ou apologia daquele regime;

CONSIDERANDO que a República Federativa do Brasil tem como um de seus princípios fundamentais a dignidade da pessoa humana (CF, artigo 1º, III), regendo-se nas suas relações internacionais pelos princípios da prevalência dos direitos humanos (CF, artigo 4º, II) e do repúdio ao terrorismo e ao racismo (CF, artigo 4º, VIII);

CONSIDERANDO que qualquer apologia do nazismo contraria os valores fundantes da democracia constitucional brasileira e que a exaltação de símbolos, atos e gestos que remetam ao nazismo é considerado crime no Brasil, nos termos do art. 20, da Lei nº 7.716/1989;

CONSIDERANDO que a utilização de um veículo que remete ao nazismo em um Desfile Cívico-Militar ofende os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil e objetivos internacionais defendidos pelo Brasil;

CONSIDERANDO a informação trazida pelo General da Brigada, ERLON PACHECO DA SILVA, que comanda a Artilharia Divisionária da 5ª Divisão de Exército (AD/5), de que não tinha conhecimento real de que se tratava de símbolo nazista;

CONSIDERANDO a necessidade de capacitação das pessoas envolvidas na organização do Desfile Cívico-Militar da capital paranaense para que situações como essa



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

não se repitam;

RESOLVE RECOMENDAR ao Batalhão de Artilharia Divisionária da 5ª Divisão de Exército (AD/5), ao Comando Geral da Polícia Militar do Paraná e ao Município de Curitiba que:

1. Realizem, junto ao Museu do Holocausto, plano permanente para capacitação dos agentes responsáveis pela organização e realização do Desfile Cívico-Militar na capital paranaense para evitar ações e/ou omissões que possam ser interpretadas como exaltação a atos, símbolos, gestos e outras situações análogas que envolvam o nazismo/neonazismo;

2. Consultem o Museu do Holocausto, sempre que houver dúvidas ou suspeitas, de que algum veículo, objeto, imagem, entre outros, que participará do desfile, possa ter alguma ligação com o nazismo/neonazismo.

Na forma do artigo 6º, inciso XX, da Lei Complementar n.º 75/93, fixa-se o prazo 15 (quinze) dias, a contar do recebimento, para informar as medidas adotadas para o cumprimento do disposto nesta Recomendação ou as razões para o seu não acatamento.

Encaminhe-se ao Comandante do Batalhão de Artilharia Divisionária da 5ª Divisão de Exército (AD/5), ao Comando Geral da Polícia Militar do Paraná e ao Prefeito do Município de Curitiba .

Dê-se ciência ao NAOP da 4ª Região.

Curitiba-PR, 16 de janeiro de 2025.

INDIRA BOLSONI PINHEIRO

Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão

HAYSSA KYRIE MEDEIROS JARDIM

Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão Adjunta



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PR-PR-00002536/2025 RECOMENDAÇÃO nº 2-2025**

.....
Signatário(a): **INDIRA BOLSONI PINHEIRO**

Data e Hora: **16/01/2025 15:28:07**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **HAYSSA KYRIE MEDEIROS JARDIM**

Data e Hora: **16/01/2025 15:40:57**

Assinado com login e senha

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 5b419baf.9bbea3fd.012d83ed.b3bfc085